

MEMÓRIA, HISTÓRIA E DISCURSO: UMA RELAÇÃO INTRÍNSECA NO TEXTO CHÁRGICO

Francineide Fernandes de Melo¹

Ao considerar a ligação entre a língua e sua exterioridade constitutiva, a Análise de Discurso afirma a associação da linguagem à sociedade, ao contexto histórico ao qual o sujeito está submetido. Ela se opõe, assim, à redução da noção lingüística e à negação da história. O discurso enquanto língua colocada em prática no trabalho simbólico, é determinado pela história, por isso o sentido não está fixado como essência das palavras. De acordo com Maingueneau (1987), os discursos não são entidades homogêneas nem completamente visíveis, em sua gênese, eles não se constituem independentemente uns dos outros para serem em seguida postos em relação, mas se formam de maneira regrada no interior da memória discursiva.

Essa memória é necessariamente um espaço movente de deslocamentos e de retomadas, de desdobramentos e de polêmicas, na qual se inscreve um real histórico como remissão necessária ao outro exterior. É nesse movimento que o sentido se instaura e constitui efeitos, segundo a história, a memória e o discurso e que provém de interpretações oriundas da memória do sujeito social ideologicamente marcado. Nessa perspectiva, o sujeito significa suas palavras através dos discursos respaldados num saber discursivo, e aí reside o interdiscurso, a exterioridade discursiva como determinante nesse processo intrínseco. Trilhando pelos caminhos da Análise do Discurso, pretendemos averiguar como se manifesta essa relação na constituição do sentido do texto chárigo.

Para Pêcheux (1999), a memória é vista sob diferentes aspectos: lembrança ou reminiscência, memória social ou coletiva, memória institucional, memória mitológica, memória registrada, memória do historiador. Segundo Pêcheux, a memória deve ser entendida nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador.

A estruturação do discursivo vai constituir a materialidade de uma certa memória social. Essa memória social tem que estar no discursivo, logo não está explícita. A memória social é óbvia, portanto não é explicitada, apesar de ser fundante. O que não é dito, para a AD constitui, sentido.

Para Pêcheux (1999, p.52), a memória discursiva:

seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

De acordo com o autor, esses implícitos se fazem presentes por sua ausência e estão disponíveis, provavelmente, na memória discursiva, sob forma de repetição, sob forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases.

¹ Mestranda/UFPB

Nessa mesma perspectiva, Brandão (1998, p.76) assinala:

é a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. É ela que permite, que constitui o intradiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que supõe o enunciado inscrito na história.

Ainda corroborando com esses pensamentos, Maigueneau (1987) afirma que a questão da interdiscursividade está relacionada com a gênese discursiva, com o intuito de combater a idéia dos que caracterizam o discurso como de origem absoluta. Isso nos autoriza a dizer que, sem a memória discursiva, os discursos não têm sentido, não causam efeitos significativos, porque é através dela que os discursos são reconhecidos, retomados, negados, tornando-se possível um entrecruzamento de vários discursos.

Assim, o discurso se constitui a partir de outros discursos, recuperáveis ou não na superfície textual, perpassado por vozes num processo dialógico. Segundo Bakhtin (1995), a linguagem, quer seja pensada como língua ou como discurso, é, portanto, essencialmente dialógica, ou seja, não podemos ignorar sua natureza dialógica, porque, do contrário, estamos apagando a ligação existente entre a linguagem e a vida.

Nessa perspectiva, podemos dizer que o sujeito para assumir uma determinada posição precisa produzir um acontecimento interpretativo. Isto nos conduz a afirmar que a constituição, ou seja, o que é dizível tende à repetição, sendo que esta não significa o mesmo, mas é o que é passível de interpretação: *o que é passível de ser repetido, efeito de pré-construído (já dito) na relação com o interdiscurso* (2001, p. 71).

Sob esse prisma, os enunciados das charges, cuja marca de autoria pertence a RegiSoares, constituem-se sobre o já-dito, isto é, circulam os mesmos espaços do dizer, trabalhando com o dito em outros lugares, em outras condições de produção. Assim, os enunciados com os quais trabalhamos buscam instaurar novos sentidos através do discurso irônico, humorístico. Porém, para que o discurso irônico seja estabelecido, o sujeito autor deverá ultrapassar os fios do texto e buscar a relação do enunciado e o seu contexto sócio-histórico, pois a ironia não é um processo exclusivamente lingüístico, mas um procedimento que requer a participação do sujeito leitor como co-produtor da significação.

Nesse sentido, Brait (1996) argumenta que o discurso irônico joga essencialmente com a ambigüidade, com o equívoco, a fim de convocar o receptor a, no mínimo, uma dupla descodificação: lingüística e discursiva. Esse acionamento à participação ativa coloca o receptor na condição de co-produtor da significação, o que implica necessariamente sua instauração como interlocutor.

Nas charges 01 e 02, observamos que, no primeiro olhar, ambas revelam, através de marcas lingüísticas, a presença da violência.



Charge 01



Charge 02

É possível que os contextos sócio-históricos nos quais elas se inserem não sejam os mesmos, uma vez que, na charge 01, a violência é tratada em seu sentido segundo, em um outro campo semântico, ou seja, não é uma violência física, ainda que depois dessa (violência salarial), outras conseqüências virão. Nessa época (em 2000), passávamos por um arrocho salarial muito grande e, conseqüentemente, a violência, principalmente, na zona urbana, multiplicava-se. Já na charge 02, o que se evidencia é uma violência literalmente física, advinda de um momento de muita agressão, sobretudo contra a mulher.

O sujeito enunciador, na sua mais profunda peculiaridade, busca transformar o caráter sério das questões político-econômicas, e por que não dizer, humanas, em um humor espontâneo. As charges rompem com o discurso institucionalizado, promovem um “jogo” contra-discursivo, constituindo-se enquanto uma forma de protesto, de denúncia, uma maneira às avessas de revelar o que a ideologia dominante prima por não revelar.

Podemos perceber que, nessas charges, o sujeito, na sua função autoria, desnuda, desmacara, de forma irônica e cômica, a posição (situação) do povo de nossa sociedade. Na apresentação da linguagem verbal com a não-verbal, o sujeito apresenta o caráter grotesco, carnavalizado, além de revelar uma das características peculiares de sua obra: brincar com o lingüístico e o artístico (o tamanho das letras, as cores, os objetos, os personagens, com suas características peculiares: olhos arregalados, boca aberta, estatura baixa etc.), revelando, assim, vestígios de uma autoria que figura como uma marca identitária reconhecida no contexto sócio-político-discursivo da “imprensa” paraibana..

Essas estratégias trazem em seu cerne o caráter irônico peculiar da autoria na sua função sujeito. A ironia aqui presente “silencia”, na sua forma própria de estratégia discursiva, o que não pode ser dito explicitamente, mas que revela a formação ideológica em que se inscreve o sujeito enunciador.

Nessa perspectiva, o sujeito-enunciador, revestido pelo irônico, pelo riso, denuncia as relações político-sociais e econômicas de seu contexto sócio-histórico. Ao ironizar o enunciado que está na memória social, o sujeito busca subverter valores já consolidados, institucionalizados, com o propósito de desmascarar o que a ideologia dominante prima por mascarar. E, diante dessa postura, há sempre uma possibilidade de re-significação. É o já-dito sendo retomado, não com a intenção de conservar seus valores, mas com a intenção da subversão, da brincadeira, do riso, que se instituem através do discurso irônico, próprio do enunciado chágico. No entanto, essa subversão, assim como as denúncias instauradas pela charge, só serão compreendidas se o sujeito-leitor perceber a sua relação bivocal, dialógica,

interdiscursiva, pois o *discurso irônico convoca seu enunciatário, exige dele uma construção interpretativa complexa* (Brait, 1996, p. 109).

Com base nesses postulados, encontramos, na charge 01, várias vozes que ecoam a fim de alertar o sujeito-leitor para as questões que subjazem ao aspecto lingüístico do texto em análise. Uma delas é a do enunciador que se posiciona para fazer um juízo de valor não só ao governo FHC, no que concerne aos problemas sociais, como também ao próprio jornal que, embora sendo um importante veículo de comunicação e se dizer imparcial aos fatos, pode estar a serviço de partidos políticos e compactuar com determinadas ideologias que interessam a uma classe dominante. As promessas não cumpridas pelo governo que promete construir, criar, resolver, “acabar” são mostradas pelo enunciador através da ironia, num movimento contínuo entre o enunciado e o enunciável, espaço em que reside a ambigüidade. É possível identificar uma sinonímia entre “violência” e “salário mínimo” por intermédio da fala do personagem, que marca o ponto de partida da “ação governamental” como sendo uma ação que se voltaria contra o próprio governo que, neste caso, é visto pelo personagem como o gerador da violência “maior” que é o salário mínimo pago ao trabalhador. O salário mínimo não atende às necessidades básicas do trabalhador que, sendo vítima, é também um agressor em potencial. Ao criticar o salário mínimo, o discurso instaura seu sentido irônico revelando o descaso com o trabalhador que é “agredido” pelo seu irrisório salário. Torna-se uma agressão porque não é um salário que compense a mão-de-obra. Essas marcas lingüísticas se materializam através da falta, da repetição, do equívoco, que são fenômenos que têm em comum a ruptura do fio discursivo com possibilidade de fazer e desfazer sentidos primordiais para o efeito que o sujeito procura causar no leitor.

Na charge 02, há remissões cujos referentes se situam na memória do interlocutor. Algumas marcas enunciativas podem ser evidenciadas. A primeira delas é a data: “8 de março.” O leitor comum, que não detenha em seus arquivos de memória a representatividade dessa data, se não tiver a informação de que existe um centro social de apoio à mulher, fundado em 8 de março, cujo trabalho se direciona ao resgate da história de luta das mulheres que, de alguma forma, contribuíram ou contribuem para a solidificação do espaço feminino na sociedade, não terá como resgatar a importância dos lexemas, “margaridas”, “violetas”, “rosas”, que não são apenas nomes de flores. Essas palavras carregam na história, um valor ideológico relacionado à mulher. São palavras que resgatam a história dessas mulheres e fazem com que a ironia instaure um sentido de denúncia. Fazem remissão a acontecimentos anteriores e que resgatam uma história de violência contra a mulher, o que estabelece a relação com a palavra violência.

O enunciador, através dessas marcas lingüísticas, faz um apelo ao conhecimento de mundo do leitor, a memória discursiva, que deverá perceber a relação delas com a palavra violência. Através da discursividade do sujeito-autor, é possível ler o protesto, o acionamento por justiça em relação aos assassinatos de mulheres, como Margarida Alves (trabalhadora rural, que lutava pelos direitos do homem e da mulher do campo e foi assassinada a tiros), Violeta Formiga (poetisa que foi cruelmente assassinada pelo marido). A referência ao caso de Margarida Alves evidencia-se, também, através do desenho da mulher com a enxada às costas.

Quanto à palavra “rosas”, há um sentido recuperado: como Rosa nomeia um tipo bastante comum de flor, o seu uso aqui contextualiza um sentido: refere-se ao grande número de mulheres que sofrem violência, mas não denunciam, vivem cotidianamente a

violência como se isso fosse algo comum, irremediavelmente inevitável, enfim é um reforço ao protesto contra a impunidade.

O destaque para a primeira sílaba da palavra “**crystalina**” remete o leitor para o caso do assassinato da jovem estudante universitária Cristina, Cris, como ficou conhecida, morta pelo namorado, que permanece no berço gigantesco da impunidade. A associação que o sujeito-enunciador fez da rosa com a mulher, e que a sociedade também o faz, é, aparentemente, uma forma de homenageá-la, atribuindo-lhe características semelhantes à de uma flor - meiga, delicada - mas é também uma forma de subjugar a mulher, colocando-a como fraca, indefesa, descartável, não dura mais que um dia. Sua frágil existência está condicionada à força do sol, da vontade masculina.

No próximo texto - charge 03 - a primeira vista, filtramos imediatamente uma intertextualidade marcada lingüisticamente evidenciada pela presença da música de Luiz Gonzaga, cantor nordestino, que tem marca registrada como o Rei do Baião, por ter em suas composições a revelação de um nordestino que alude às questões sociais do nordeste. Esse fenômeno intertextual se caracteriza, como intertextualidade das diferenças, posto que se trata de um texto que introduz o intertexto com o propósito de ridicularizá-lo fazendo jus a sua subversão valorativa, que é um caso essencialmente irônico:



Charge 03

Ao mesmo tempo em que menciona um intertexto, instaura também um interdiscurso. Tal interdiscursividade (heterogeneidade constitutiva) faz uma remissão ao discurso que está instaurado na memória coletiva, na perspectiva do dizível, do enunciável.

É possível observarmos na linguagem não-verbal um elemento símbolo da música da região paraibana e, principalmente, de Luiz Gonzaga, que é a sanfona.

Vejamus que, novamente, o sujeito-produtor, na sua função-autor, joga com as vozes para entrecruzar discursos, referendando o discurso religioso, pois é através desse discurso que se mostra a fragilidade do nordestino, no que diz respeito às questões da fé, e é através desse jogo de vozes que brinca com os sentidos e faz suas denúncias. Nas relações estabelecidas no intradiscorso, o nordestino é visto como homem de fé, resistentes às secas. O sentido se instaura na perspectiva denunciadora, já que o sujeito-enunciador percebe que os problemas não são apenas de ordem climática, mas também de ordem política.

O efeito humorístico dessa análise discursiva revela o estabelecimento de vários sentidos possíveis. A articulação desses múltiplos sentidos produz efeitos diferentes e, discursivamente, o acontecimento se manifesta através do entrecruzamento de enunciados que geram equívocos.

Percebemos que um enunciado não exige necessariamente uma interpretação única que exclua outras possíveis. Diferentes formas de interpretação podem coexistir tanto na recepção como na emissão de um enunciado, portanto o humor é um exemplo desse domínio da linguagem, que se sustenta na opacidade da significação, ou seja, o humor necessita da indefinição de sentidos, da não-resolução da opacidade da significação para que alcance um efeito de sentido específico.

Nesse aspecto, a ambigüidade se evidencia mostrando que a língua guarda um espaço para as falhas e que isso não deve ser descartado, mas descrito e analisado. A ambigüidade é um lugar privilegiado da manifestação do equívoco e de que ele é uma característica estruturante da língua.

Em tudo isso, o que importa não é só recuperar o caráter equívoco do funcionamento da linguagem, mas identificar, no equívoco da língua, os efeitos discursivos que são explicados.

É difícil e desnecessário determinar, por exemplo, os limites da ambigüidade porque é um fenômeno das manifestações do equívoco e faz a ruptura do fio discursivo, criando a possibilidade de fazer e desfazer sentidos, e isso é essencial para o efeito que a charge procura causar.

Ao brincar com os sentidos, o sujeito-produtor procura sombrear as suas denúncias. Joga com os sentidos da palavra “terra” para mostrar a desvalorização do artista local em relação ao artista de fora. Denuncia o descaso com o artista local e o faz recorrendo à morte de Luiz Gonzaga que morreu pobre. Essa remissão se instaura pela retomada da música do supracitado cantor e o diálogo estabelecido entre o verbal e o não-verbal trazido também pela memória e pela história. Com este “brincar” do ir e vir dos sentidos que estão sombreados pelo discurso chágico, o sujeito faz seu leitor enxergar que o “artista de fora” tem mais valor e é pago em dólar, enquanto que o artista local é apenas lembrado pelas músicas que escreveu e com as quais fez sucesso.

Diante do exposto podemos concluir que, na nossa leitura, nos meandros do discurso da charge, se disfarçam efeitos de sentido que se historicizam e trazem uma memória institucionalizada, oriundas da memória de um sujeito social ideologicamente marcado.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. 7. ed. Rio de Janeiro, 1998.
- BAKHTIN, M. **Maxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP, 1996.
- FIGUEIREDO, I. de L. **Fiando as tramas do texto: a produção de sentidos no atelier de leitura e produção textual**. Tese de doutoramento, FCL – UNESP, Araraquara, 1998.
- _____. **Linguagem e ideologia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GADET, F. e HAKT T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993.
- ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.
- POSSENTI, S. **Os humores da língua: análises lingüística de piadas**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.